

Orçamento

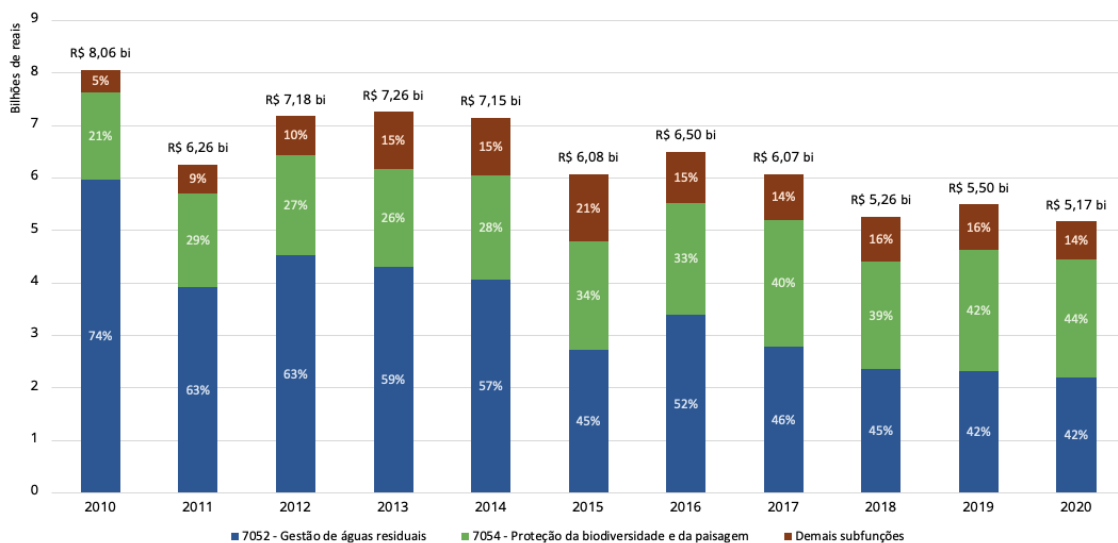
Os gastos públicos da União com mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas correspondem a apenas **0,15%** em relação ao total das despesas federais autorizadas em 2022.

Como estamos

A União investe pouco no combate às mudanças climáticas e investe mal. Em resumo, o combate ao desmatamento por militares em 2020 consumiu mais do que o dobro do dinheiro destinado aos órgãos ambientais nesse ano. O programa de mobilidade urbana destina mais dinheiro para pavimentação de vias, em detrimento ao transporte coletivo urbano ou não motorizado. A única experiência de pagamento por serviços ambientais com dinheiro da União foi suspensa em 2017.

Os recursos destinados à proteção ambiental pela União apresentam queda de 36%, entre os R \$8 bilhões gastos em 2010 e os R \$5,2 bilhões, em 2020. Têm destaque aqueles destinados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e poluição das águas, seguidos pelos gastos com proteção da biodiversidade e da paisagem, respectivamente em azul e verde no gráfico abaixo.

Gráfico: Gastos com proteção ambiental na década



Fonte: Ministério da Economia, Siop, classificação Cofog (elaboração da autora)

INSTITUTO TALANOA
Projeto: NOSSA DESCARBONIZAÇÃO

Em maio de 2022, as doações feitas ao **Fundo Amazônia** acumulavam R\$ 3,2 bilhões para empréstimos, congelados desde o início do governo Bolsonaro, em decorrência da mudança na forma de gerir os recursos. Também há recursos do **Green Climate Fund**, destinados ao **Floresta +**, de pagamento por serviços ambientais. O país recebeu em 2020 US\$ 96,5 milhões e pagou, até o momento, uma primeira parcela a seis primeiros beneficiários, no Pará. Pelo baixo nível de execução, dinheiro do **Fundo Clima** transferido do Orçamento da União ao BNDES acumulava até então um saldo de R\$ 1,4 bi para empréstimos.

Além de representarem uma fatia mínima do orçamento, bem abaixo dos gastos necessários estimados para manter unidades de conservação na Amazônia, os gastos com a descarbonização encontram-se dispersos. Ações de eficiência energética e resíduos sólidos perderam status na lei. Gastos com agricultura de baixo carbono, que poderiam combater a segunda maior fonte de emissões (depois do desmatamento) não são distinguíveis dos subsídios do Tesouro aos créditos destinados à agricultura convencional.

Gastos indiretos (via renúncias fiscais) privilegiam setores intensivos de carbono

(indústrias automobilística e petroquímica, termoeletricidade e gás natural liquefeito). Esses setores representam 65% mais gastos tributários que os estímulos concedidos ao biodiesel, à energia eólica e ao transporte coletivo.

A compensação financeira paga à União pela produção de petróleo e gás representa em 2022 uma receita de R\$ 93,7 bi, quase 30 vezes o orçamento da descarbonização. Entre os gastos diretos da União, a lei orçamentária de 2022 autorizou gastos para estudos da indústria de petróleo e gás seis vezes maiores do que para estudos da indústria de biocombustíveis (R\$ 4,9 bilhões contra 764 milhões) no programa orçamentário intitulado Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis.

Além disso, o Ministério de Minas e Energia destina à fabricação de equipamentos para a indústria de petróleo e gás neste ano R\$ 33 milhões, enquanto o Ministério de Ciência e Tecnologia destina R\$ 140 milhões para o fomento de pesquisa no setor de petróleo e gás natural. São valores elevados para a escala de gastos da agenda climática, mas bem

INSTITUTO TALANOA
Projeto: NOSSA DESCARBONIZAÇÃO

distantes do montante arrecadado pela União a título de Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos. A receita estimada é de 69,9 bilhões neste ano. Parte desse dinheiro financia, inclusive, despesas da agenda climática, além de gastos com Defesa, Educação e Saúde.

Entre os **gastos tributários**, destacam-se os incentivos fiscais concedidos à produção de gás natural liquefeito, à indústria petroquímica e à geração termelétrica de energia, com valores de renúncia estimados para este ano em R\$ 128 milhões, R\$ 323 milhões e R\$ 804 milhões, respectivamente. A soma desses valores não alcança nem a metade da renúncia estimada para os biocombustíveis. Entre os gastos indiretos que poderiam ser discutidos como contrários à agenda climática aparecem as renúncias fiscais ao setor automotivo e à Zona Franca de Manaus, essas últimas estimadas em R\$ 56,4 bilhões em 2022.

O **programa Mudança do Clima** é o único conjunto de ações orçamentárias vinculado ao objetivo legal de "implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono". Esse programa teve gastos autorizados de R\$ 462 milhões em 2022. **Apesar do objetivo aparentemente ambicioso, o valor destinado ao programa equivale a menos de 0,02% das autorizações de gastos deste ano. Segundo o Relatório Stern, é preciso um investimento de 2% do PIB mundial.**

Gastos atuais em relação ao PIB = 0,02%

Barreiras

Os principais obstáculos enfrentados na captura dos gastos públicos que contribuem para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas são:

1. **Falta de transparência**, sobretudo nas despesas com a equalização de juros nos créditos à Agricultura de Baixo Carbono e no setor de energia, em que gastos com planejamento e regulamentação de energias renováveis aparecem sem distinção com fontes fósseis.
2. **Dispersão de despesas** que poderiam estar associadas ao objetivo orçamentário

INSTITUTO TALANOA
Projeto: NOSSA DESCARBONIZAÇÃO

de mitigação e adaptação.

O que precisamos fazer

Recomendações	
Estabelecer um orçamento climático	Defender o estabelecimento de um "orçamento climático" na formulação do planejamento de médio prazo do Plano Plurianual de 2024-2027, a ser votado em 2023 pelo Congresso Nacional, de forma a que as mitigações de gases de efeito estufa e medidas de adaptação às mudanças climáticas apareçam de forma transversal nas políticas públicas, sobretudo na área de agropecuária, energia, mobilidade urbana e resíduos sólidos, com o objetivo de contrapor a pouca expressão, a desorganização e a falta de transparência dos gastos públicos na agenda climática
Investir em áreas protegidas e floresta em pé	Já na lei orçamentária de 2023, a ser proposta e discutida no segundo semestre de 2022, defender o aumento de gastos com áreas protegidas e a floresta em pé, dada a queda dos investimentos federais na criação, implementação, gestão de Unidades de Conservação e a insignificância dos gastos com bioeconomia.
Monitorar os gastos públicos com combate ao desmatamento	Monitoramento dos gastos públicos com combate ao desmatamento, a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa, com ênfase na qualidade do gasto, tendo em vista o desmonte ambiental em curso, com transferência do comando das operações de órgãos ambientais para militares, e as tentativas de contestar a expertise e minar a competência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para monitorar o desmatamento
Ampliar o monitoramento do financiamento ambiental	Ampliar o monitoramento do financiamento ambiental para os contratos do BNDES voltados à economia de baixo carbono, além do Fundo Clima.
Reestabelecer a governança do Fundo Amazônia	Reestabelecer a governança do Fundo Amazônia, com mais de R\$ 3 bilhões para novos contratos, assim como agilizar a execução dos recursos do Fundo Verde do Clima para pagamentos de serviços ambientais.